

## Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Hospital Geral de Pirajussara - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM



## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral de Pirajussara

CNPJ nº 61.699.567/0004-35



### Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Hospital Geral de Pirajussara**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

**Relatório da Administração:** Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25, inciso XIX, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balço Patrimonial encerrado em 31.12.2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26.06.1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da

associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Administrativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na

área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28 de fevereiro de 2017. **Professor Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM**

### Comparativo das Demonstrações dos Resultados

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Receitas	2016	2015
<b>Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições (nota 4)</b>	<b>141.395.130,72</b>	<b>124.948.206,15</b>
Secretaria de Saúde do Estado (nota 4.1)	120.211.696,53	105.360.782,97
Trabalho Voluntário	37.148,74	30.939,17
Outras Receitas	789.862,29	845.303,39
Isonção Usufruída - INSS Patronal		
Serviços Próprios	16.510.208,55	15.022.497,93
Isonção Usufruída - INSS Patronal		
Serviços terceiros	239.863,70	527.859,20
Isonção Usufruída - COFINS	3.606.350,91	3.160.823,49
<b>(+) Outras Receitas com Restrições</b>	<b>2.857.500,60</b>	<b>1.350.372,37</b>
Financeiras	1.250.067,04	742.997,61
Doações Recebidas	1.607.433,56	607.374,76
<b>(=) Receita Líquida com Restrições</b>	<b>144.252.631,32</b>	<b>126.298.578,52</b>
<b>Custo e Despesas</b>		
<b>(-) Custo Operacionais com Restrições (nota 4.2)</b>	<b>106.461.233,23</b>	<b>84.528.017,68</b>
(-) Serviços - Pessoal Próprio	52.954.343,46	50.865.076,91
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	1.169.118,49	2.628.296,00
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica		
(-) Manutenção e Conservação		
(-) Mercadorias	13.072.907,11	12.487.205,21
(-) Outros Trabalhos Voluntários	29.488,52	-
(-) Isonção Usufruída - INSS Patronal		
Serviços Próprios	11.493.537,87	-
(-) Isonção Usufruída - INSS Patronal		
Serviços Terceiros	60.785,00	-
(-) Tributos	2.187,50	135,36
<b>(-) Outros Custos com Restrições</b>	<b>-</b>	<b>107.415,22</b>
(-) Custos Financeiros	-	158,10
(-) Outras Despesas	-	107.257,12
<b>(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições</b>	<b>37.791.398,09</b>	<b>41.663.145,62</b>
<b>(-) Despesas Operacionais com Restrições (nota 4.2)</b>	<b>37.136.214,13</b>	<b>41.663.145,62</b>
(-) Serviços - Pessoal Próprio	16.988.181,13	15.049.672,01
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	30.200,00	11.000,00
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	6.034.525,77	4.710.579,33
(-) Manutenção e Conservação	-	2.323.466,73
(-) Mercadorias	2.013.474,11	837.583,21
(-) Financeiras	52.463,40	49.146,88
(-) Outras Despesas	-	101.130,56
(-) Tributos	52.005,15	40.708,23
(-) Isonção Usufruída - INSS Patronal		
Serviços Próprios	5.016.670,68	15.022.497,93
(-) Isonção Usufruída - INSS Patronal		
Serviços Terceiros	179.078,70	527.859,20
(-) Isonção Usufruída - COFINS	3.606.350,91	3.160.823,49
(-) Trabalho Voluntário	7.660,22	30.939,17
(-) Despesas - Bens Permanentes de Terceiros	3.155.604,06	-
<b>(-) Outras Despesas</b>	<b>655.183,96</b>	<b>-</b>
(-) Outras Despesas Financeiras	655.183,96	-
<b>(=) Superávit/Déficit com Restrições</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2016 e 2015 - Valores em Reais	2016	2015
<b>ATIVO</b>	<b>173.955.560,99</b>	<b>164.592.771,29</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>173.955.560,99</b>	<b>164.592.771,29</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	6.340.953,23	4.218.728,33
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento (nota 3.1)	7.553,68	17.644,89
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	6.333.399,55	4.201.083,44
<b>Clientes (3.3)</b>	<b>164.897.967,13</b>	<b>157.760.987,50</b>
Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (nota 3.3.1)	125.622.000,00	120.240.000,00
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 3.3.2)	20.984.427,75	20.002.356,50
Valores em Negociação - Contrato Convênio (nota 3.3.3)	18.291.539,38	17.518.631,00
<b>Outros Créditos (nota 3.4)</b>	<b>984.830,95</b>	<b>765.169,69</b>
Adiantamentos a Fornecedores (nota 3.4.1)	410,34	410,34
Antecipações Salariais	35.285,04	34.794,84
Antecipação de Férias (nota 3.4.2)	572.130,00	416.326,96
Outros Créditos e Adiantamentos (nota 3.4.3)	-	41.727,92
Valores Transitáveis (nota 3.4.3)	34.625,44	-
Depósito Judicial (nota 3.4.4)	342.380,13	271.909,63
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 3.4.5)	9.990,66	12.190,52
Estoques (nota 3.5)	1.721.819,02	1.835.695,25
<b>Ativo não circulante</b>	<b>508.311.238,21</b>	<b>3.499.637,08</b>
Contratos/Convênios Públicos a Receber (nota 3.6)	502.488.000,00	-
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.7)	5.818.565,63	3.499.637,08
Imobilizado - Bens de Terceiros	28.648.796,17	26.111.472,11
Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros (nota 3.7.1)	(22.830.230,54)	(22.611.835,03)
Ativo Intangível	4.672,58	-
Intangível de Terceiros	618.280,00	-
Ajuste Vida Útil Econômica Intangível Terceiros	(613.607,42)	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>682.266.799,20</b>	<b>168.092.408,37</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado	2016	2015
<b>Passivo</b>	<b>171.170.171,45</b>	<b>161.688.951,42</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>171.170.171,45</b>	<b>161.688.951,42</b>
Fornecedores (nota 3.8)	1.970.865,20	1.493.287,15
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (nota 3.9)	2.232.639,73	1.822.691,82
Salários a Pagar (nota 3.10)	3.689.402,86	3.199.065,37
Contribuições a Recolher (nota 3.11)	6.451.624,10	5.748.949,85
Provisão de Férias (nota 3.12)	6.743.840,86	5.972.640,46
Provisão de FGTS sobre Férias (nota 3.12)	538.627,19	477.811,24
Provisão para 13º Salário	-	-
Provisão FGTS sobre 13º Salário	-	-
Provisão PIS sobre 13º Salário e Férias	67.438,29	-
Provisão de Despesas com Quitações	20.984.427,75	20.002.356,50
Empréstimo a Funcionário	-	-
Lei nº 10.820/03 (nota 3.13)	55.543,76	99.508,24
Impostos a Recolher (nota 3.14)	1.070.534,21	1.032.176,88
Obrigações Tributárias (nota 3.15)	255.166,26	195.316,73
Acordo Trabalhista a Pagar	8.500,00	77.238,56
Outras Contas a Pagar (nota 3.17)	768.195,69	944.184,72
Recebimento de Materiais de Terceiros (nota 3.18)	710.704,16	864.500,17
Outros Valores de Terceiros (nota 3.19)	661,39	435,58
Convênios/Contratos Públicos a Realizar (nota 3.20)	125.622.000,00	119.758.788,15
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>511.096.627,75</b>	<b>6.403.456,95</b>
Provisão de Despesa Processos Cíveis (nota 3.21)	2.388.770,77	2.882.512,56
Provisão de Despesa Processos Trabalhistas (nota 3.21)	396.618,77	21.307,31
Imobilizado - Bens de Terceiros	29.267.076,17	26.111.472,11
Ajustes Vida Útil Econômica - Bens de Terceiros	(23.443.837,96)	(22.611.835,03)
Convênios/Contratos Públicos a Realizar	502.488.000,00	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>682.266.799,20</b>	<b>168.092.408,37</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Resultado do Exercício	-	-
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>682.266.799,20</b>	<b>168.092.408,37</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2016	2015
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
<b>Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais</b>		
<b>Variáveis nos Ativos e Passivos</b>		
(Aumento) Redução em Contas a Receber	509.842.441,03	48.703.235,88
(Aumento) Redução em Estoques	(39.919,78)	621.118,60
Aumento (Redução) em Fornecedores	271.796,61	(2.314.266,36)
Aumento (Redução) em Contas a Pagar e Provisões	511.732.789,10	47.902.708,28
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	2.323.601,13	(118.017,51)
<b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades Operacionais</b>	<b>4.445.826,03</b>	<b>(1.010.637,67)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>		
<b>(-) Adição de Bens de Terceiros</b>	<b>(2.323.601,13)</b>	<b>118.017,51</b>
<b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades de Investimentos</b>	<b>(2.323.601,13)</b>	<b>118.017,51</b>
<b>Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>2.122.224,90</b>	<b>(892.620,16)</b>
<b>No Início do Período</b>	<b>4.218.728,33</b>	<b>5.111.348,49</b>
<b>No Final do Período</b>	<b>6.340.953,23</b>	<b>4.218.728,33</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores em Reais
<b>Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados Nas Demonstrações Financeiras: Características da Unidade Gerenciada:</b> O Hospital Geral de Pirajussara, de agora em diante, denominado HGP, atendeu a uma antiga reivindicação da comunidade local. Foi inaugurado em 25 de janeiro de 1999, em atendimento a uma reivindicação da comunidade local, o mesmo é fruto de uma parceria entre a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e SES - Secretaria de Estado da Saúde, do Governo do Estado de São Paulo, na modalidade de Contrato de Gestão, firmado entre as partes em 21.10.1998. As parcerias com as Organizações Sociais de Saúde (OSS) foram inspiradas em modelo europeu e São Paulo foi o pioneiro no País. O balanço corporativo da Secretaria de Estado da Saúde, realizado em 2006, revela que as unidades gerenciadas por esse modelo de gestão atendem 25% mais pacientes e gastam 10% a menos, comparadas com os hospitais de administração direta. Em 2006, o Banco Mundial também divulgou estudo comparativo que apontou o modelo de OSS como exemplo viável e extremamente positivo para a gestão de hospitais públicos. A unidade é gerenciada através do instrumento de Contrato de Gestão nº 001.0500.000.74/2011, celebrado em 20 de dezembro de 2011, com vigência de 01.01.2012 a 31.12.2016, no valor global estimado de R\$ 463.500.000,00. Sendo repassados no ano de 2016 os valores relativos aos seguintes termos aditivos: - T.A. nº 01/2016 tendo por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidas no exercício de 2016, no valor global de R\$ 120.240.000,00; - T.A. nº 02/2016 tendo por objeto o ajuste dos recursos financeiros de custeio, tendo em vista a alteração do cronograma de implementação dos serviços de Cirurgia Cardíaca Infantil no Hospital Geral de Pirajussara, no valor de R\$ (600.000,00) e; - T.A. nº 03/2016 tendo por objetivo o repasse de recursos financeiros de investimento à contratada, visando a aquisição de equipamento médico-hospitalar para o Hospital Geral de Pirajussara, no valor de R\$ 280.000,00. Ao longo dos anos, as áreas de atuação foram ampliadas e atualmente totalizam 44 especialidades ambulatoriais, além de banco de sangue, departamento específico para diagnósticos de doenças enfermarias de internação, e exames por imagens incluindo tomografia e mamografia, possui também atendimento clínico e cirúrgico em especialidades como neurocirurgia, oftalmologia, pediatria e cirurgia cardíaca. <b>1. Imunidade Tributária:</b> A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. <b>2. Apresenções das Demonstrações Contábeis:</b> Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2016	2015
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
<b>Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais</b>		
<b>Variáveis nos Ativos e Passivos</b>		
(Aumento) Redução em Contas a Receber	509.842.441,03	48.703.235,88
(Aumento) Redução em Estoques	(39.919,78)	621.118,60
Aumento (Redução) em Fornecedores	271.796,61	(2.314.266,36)
Aumento (Redução) em Contas a Pagar e Provisões	511.732.789,10	47.902.708,28
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	2.323.601,13	(118.017,51)
<b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades Operacionais</b>	<b>4.445.826,03</b>	<b>(1.010.637,67)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>		
<b>(-) Adição de Bens de Terceiros</b>	<b>(2.323.601,13)</b>	<b>118.017,51</b>
<b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades de Investimentos</b>	<b>(2.323.601,13)</b>	<b>118.017,51</b>
<b>Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>2.122.224,90</b>	<b>(892.620,16)</b>
<b>No Início do Período</b>	<b>4.218.728,33</b>	<b>5.111.348,49</b>
<b>No Final do Período</b>	<b>6.340.953,23</b>	<b>4.218.728,33</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado	2016	2015
<b>1 - Receitas</b>	<b>143.002.564,28</b>	<b>125.555.580,91</b>
1.1) Prestação de Serviços	120.211.696,53	105.360.782,97
1.2) Subvenções e Outras Receitas Operacionais	-	-
1.3) Outras Receitas	2.397.295,85	1.452.678,15
1.4) Isonção Usufruída Sobre Contribuições	20.393.571,90	18.742.119,79
<b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>52.006.860,47</b>	<b>40.601.046,07</b>
2.1) Matérias-primas Consumidas	-	157,60
2.2) Custo das Mercadorias Utilizadas nas Prestações de Serviços de Terceiros e Outro	15.086.381,22	13.324.630,82
2.3) Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outro	33.723.513,83	27.276.257,65
2.4) Perda/Recuperação de Valores Ativos	3.155.604,06	-
2.5) Outros	41.361,36	-
<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>90.995.703,81</b>	<b>84.954.534,84</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)</b>	<b>90.995.703,81</b>	<b>84.954.534,84</b>
<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>1.250.067,04</b>	<b>742.997,61</b>
6.1) Receitas Financeiras	1.250.067,04	742.997,61
<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>92.245.770,85</b>	<b>85.697.532,45</b>
<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>92.245.770,85</b>	<b>85.697.532,45</b>
8.1) Pessoal e Encargos	69.942.524,59	65.914.748,92
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	54.192,65	40.843,59
8.3) Juros	11.102,04	55.431,54
8.4) Aluguéis	1.189.195,71	944.388,61
8.5) Isonção Usufruída sobre Contribuições	20.393.571,90	



...continuação  
valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão origem nº 001.0500.000033/2016, proveniente da Secretaria de Saúde do Estado, totalizaram R\$ 125.622.000,00 (Cento e vinte e cinco milhões, seiscentos e vinte e dois mil reais). **3.3.2. Estimativas de Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10 - NBC TG 07 (R1), reafirmado no item 26 da resolução nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1). A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre SPDM e SES/SP. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins de recolhimento de FGTS (50% Multa) e aviso prévio indenizado, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	31.12.2016
<b>Estimativa Rescisão Contratual</b>	
Aviso Prévio Indenizado	R\$ 7.010.619,47
Multa 50% FGTS	R\$ 13.973.808,28
<b>Total</b>	<b>R\$ 20.984.427,75</b>

**3.3.3. Valores em Negociação Contrato/Convênio:** Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma.

**3.4. Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da Instituição. **3.4.1. Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamentos a fornecedores, compreendem adiantamentos realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente e outros valores a receber, cujo o saldo em 31.12.2016 é de R\$ 410,34. **3.4.2. Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Artigo 145, O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no artigo 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.3. Outros Créditos e Adiantamentos:** O respectivo saldo representa R\$ 34.625,44 em 31.12.2016 e representam

**Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2016**

Descrição	Posição em 31.12.2015	Aquisição	Baixa	Posição em 31.12.2016
<b>Imobilizado-Bens de Terceiros</b>	<b>26.111.472,11</b>	<b>3.155.604,06</b>	-	<b>29.267.076,17</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>26.111.472,11</b>	<b>3.155.604,06</b>	-	<b>29.267.076,17</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais Equipamentos Processamento de Dados	19.061.641,01	2.495.581,18	-	21.557.222,19
Mobiliário em Geral	2.008.670,11	250.400,23	-	2.259.070,34
Máquinas e Utensílios e Equipamentos Diversos	2.118.267,30	185.372,14	-	2.303.639,44
Veículos de Tração Mecânica	700.168,15	34.544,63	-	734.712,78
Aparelhos de Medição	118.694,97	-	-	118.694,97
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	71.727,14	17.500,00	-	89.227,14
Aparelhos e Utensílios Domésticos	44.210,60	11.040,00	-	55.250,60
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	560.326,11	96.610,48	-	656.936,59
Máquinas e Equipamentos Energéticos	342.357,86	62.053,40	-	404.411,26
Máquinas e Equipamentos Gráficos	96.955,70	-	-	96.955,70
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	19.379,00	-	-	19.379,00
Máquinas e Utensílios de Escritório	135.131,22	1.602,00	-	136.733,22
Máquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina	9.599,15	-	-	9.599,15
Outros Materiais Permanentes	47.954,34	900,00	-	48.854,34
Software	158.109,45	-	-	158.109,45
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>26.111.472,11</b>	<b>3.155.604,06</b>	-	<b>29.267.076,17</b>
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(22.611.835,03)</b>	-	<b>(832.002,93)</b>	<b>(23.443.837,96)</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>(22.611.835,03)</b>	-	<b>(832.002,93)</b>	<b>(23.443.837,96)</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais Equipamentos Processamento de Dados	(16.772.570,18)	-	(467.494,35)	(17.240.064,53)
Mobiliário em Geral	(1.918.190,74)	-	(66.272,92)	(1.984.463,66)
Máquinas e Utensílios e Equipamentos Diversos	(1.521.692,75)	-	(94.971,94)	(1.616.664,69)
Veículos de Tração Mecânica	(522.876,66)	-	(26.896,80)	(549.773,46)
Aparelhos de Medição	(118.694,97)	-	-	(118.694,97)
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	(67.341,68)	-	(2.148,12)	(69.489,80)
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(42.543,19)	-	(2.681,91)	(45.225,10)
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	(454.996,46)	-	(22.247,19)	(477.243,65)
Máquinas e Equipamentos Energéticos	(310.799,48)	-	(9.455,83)	(320.255,31)
Máquinas e Equipamentos Gráficos	(96.955,70)	-	-	(96.955,70)
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	(19.379,00)	-	-	(19.379,00)
Máquinas e Utensílios de Escritório	(108.807,49)	-	(9.012,09)	(117.819,58)
Máquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina	(5.227,64)	-	(363,36)	(5.591,00)
Outros Materiais Permanentes	(43.647,30)	-	(1.039,86)	(44.687,16)
Software	(118.185,13)	-	(5.737,80)	(123.922,93)
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(489.926,66)</b>	-	<b>(123.680,76)</b>	<b>(613.607,42)</b>
<b>Total</b>	<b>(22.611.835,03)</b>	-	<b>(832.002,93)</b>	<b>(23.443.837,96)</b>

**3.7.1. Ajuste do Tempo de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os *softwares* são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.8. Fornecedores:** As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor de notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.9. Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceira pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos, serviços gerais, limpeza, vigilância e segurança, manutenções preventivas, Consultoria e Auditoria, Serviços de Remoções, etc. **3.10. Salários a Pagar:** De acordo com o artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensalmente das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência.

**3.11. Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. Cujos mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente INSS até o dia 20 do mês subsequente, FGTS até o dia 07 do mês subsequente, dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. Com referência ao PIS, a unidade gerenciada está se valendo de Medidas Liminares - Tutelas Antecipadas obtidas na justiça federal, que suspendem a exigibilidade de estar recolhendo PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês, desta forma a unidade reconhece os mesmos em suas Demonstrações, provisionando para assim obedecer aos princípios contábeis e com base em entendimento do CPC 25. **3.12. Provisões de Férias e Encargos:** Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas. Em 2016 o saldo total de Provisão de Férias do Hospital Geral de Pirajussara foi de R\$ 6.743.840,86, e Provisão de FGTS sobre Férias foi de R\$ 538.627,19.

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Provisão de Férias	6.743.840,86	5.972.640,46
Provisão de FGTS sobre Férias	538.627,19	477.811,24

**3.13. Empréstimos a Funcionários:** A Lei nº 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus funcionários o crédito consignado junto aos Bancos Bradesco, Banco do Brasil e Banco Santander com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2016 foi de R\$ 55.543,76. **3.14. Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS. Cujos mesmo são recolhidos mensalmente

valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **3.4.4. Depósitos Judiciais:** O respectivo saldo representa R\$ 342.380,13 em 31.12.2016 e referem-se ao saldo de depósitos judiciais realizados pela unidade gerenciada, da qual são pertinentes a ações civis e trabalhistas, onde, tendo em vista que as respectivas ações não foram julgadas em última instância, a unidade mantém o depósito judicial, que será levantado após o trânsito em julgado da ação, vale ressaltar que a unidade mantém contrato com consultoria jurídica, da qual os mesmos nos mantem informados sobre o Status das ações judiciais, trimestralmente. **3.4.5. Despesas Pagas Antecipadamente:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso, o saldo em 31.12.2016 é de R\$ 9.990,66. **3.5. Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção e materiais de terceiros até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2016 é de R\$ 1.721.819,02.

Tipo	31.12.2016	31.12.2015
Materiais do Setor de Nutrição	116.206,71	97.253,03
Materiais do Setor de Farmácia	398.864,83	415.943,10
Materiais de Almoarifado	705.190,14	774.916,42
Materiais de Terceiros	501.557,34	547.582,70
<b>Total</b>	<b>1.721.819,02</b>	<b>1.835.695,25</b>

Os materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder, para atendimento emergencial dos serviços de saúde. **3.6. Valores a Receber - (Ativo não Circulante):** Os valores registrados nesta conta representam valores a receber de longo prazo, no exercício de 2016, totalizando em R\$ 502.488.000,00 (Quinhentos e dois milhões quatrocentos e oitenta e oito mil reais). **3.7. Imobilizado:** O imobilizado do Hospital Geral de Pirajussara é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Posição em 31.12.2015	Aquisição	Baixa	Posição em 31.12.2016
26.111.472,11	3.155.604,06	-	29.267.076,17
26.111.472,11	3.155.604,06	-	29.267.076,17
19.061.641,01	2.495.581,18	-	21.557.222,19
2.008.670,11	250.400,23	-	2.259.070,34
2.118.267,30	185.372,14	-	2.303.639,44
700.168,15	34.544,63	-	734.712,78
118.694,97	-	-	118.694,97
71.727,14	17.500,00	-	89.227,14
44.210,60	11.040,00	-	55.250,60
560.326,11	96.610,48	-	656.936,59
342.357,86	62.053,40	-	404.411,26
96.955,70	-	-	96.955,70
19.379,00	-	-	19.379,00
135.131,22	1.602,00	-	136.733,22
9.599,15	-	-	9.599,15
47.954,34	900,00	-	48.854,34
158.109,45	-	-	158.109,45
618.280,00	-	-	618.280,00
26.111.472,11	3.155.604,06	-	29.267.076,17
(22.611.835,03)	-	(832.002,93)	(23.443.837,96)
(22.611.835,03)	-	(832.002,93)	(23.443.837,96)
(16.772.570,18)	-	(467.494,35)	(17.240.064,53)
(1.918.190,74)	-	(66.272,92)	(1.984.463,66)
(1.521.692,75)	-	(94.971,94)	(1.616.664,69)
(522.876,66)	-	(26.896,80)	(549.773,46)
(118.694,97)	-	-	(118.694,97)
(67.341,68)	-	(2.148,12)	(69.489,80)
(42.543,19)	-	(2.681,91)	(45.225,10)
(454.996,46)	-	(22.247,19)	(477.243,65)
(310.799,48)	-	(9.455,83)	(320.255,31)
(96.955,70)	-	-	(96.955,70)
(19.379,00)	-	-	(19.379,00)
(108.807,49)	-	(9.012,09)	(117.819,58)
(5.227,64)	-	(363,36)	(5.591,00)
(43.647,30)	-	(1.039,86)	(44.687,16)
(118.185,13)	-	(5.737,80)	(123.922,93)
(489.926,66)	-	(123.680,76)	(613.607,42)
(22.611.835,03)	-	(832.002,93)	(23.443.837,96)

nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 do mês subsequente, ISS até o dia 15 do mês subsequente, dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. **3.15. Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2016 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 255.166,26 e em 2015 foi de R\$ 195.316,73.

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
INSS	R\$ 26.495,40	R\$ 13.265,67
ISS	R\$ 4.873,96	R\$ 7.420,78
IRRF	R\$ 41.328,64	R\$ 24.729,59
CSLL/PIS/COFINS	R\$ 182.468,26	R\$ 149.900,69

**3.16. Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.17. Outras Contas a Pagar:** Estes se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **3.18. Materiais de Terceiros em nosso Poder:** Materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. **3.19. Outros Valores de Terceiros:** Estes se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **3.20. Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e não Circulante):** De acordo com a Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução nº 1.409/12 (ITG 2002 - R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão (ou convênio) com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2016 representa R\$ 125.622.000,00. **3.21. Contingências Ativas e Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confir-

mada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações civis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2016 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 11.075.339,85. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2016, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 1.516.439,92. Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição.

Passivo Contingências		
Trabalhista		
Provável	Possível	Remota
396.618,77	1.516.439,92	-
Cível		
Provável	Possível	Remota
2.388.770,77	11.075.339,85	-
Tributária		
Provável	Possível	Remota
-	-	-

**3.22. Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. Com referência a outros passivos exigíveis, a Entidade está se valendo de Medidas Liminares - Tutelas Antecipadas obtidas na justiça federal, que suspendem a exigibilidade da Filial Hospital Geral de Pirajussara estar recolhendo PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês. Recentemente, em 2014, a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) foi reafirmada em sessão plenária quanto à imunidade tributária das entidades filantrópicas em relação ao Programa de Integração Social (PIS). A matéria foi discutida no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 636941, que teve repercussão geral reconhecida. Desta forma, entende o STF que entidades filantrópicas portadoras do CEBAS, fazem jus a imunidade sobre contribuição para PIS. **3.23. Ajustes de Exercícios Anteriores:** Para ajuste de ativos e passivos de exercícios anteriores, foram realizados no exercício de 2016 alguns lançamentos tendo como contrapartida direta as contas de resultado. Os ajustes referem-se, em sua maioria, à recuperação de despesas ou receitas de exercícios anteriores, atualizações monetárias ou juros que afetaram diretamente o resultado. **3.24. Contas de Compensação:** Em 2014, os saldos pertencentes às contas de compensação foram transferidos para as contas de ativo e passivo não circulante. As contas de compensação foram criadas para abrigar o controle de bens de terceiros, atualmente classificados para o grupo de imobilizado, com contrapartida em conta específica do passivo não circulante (bens de terceiros). **3.25. Apuração do Resultado:** Conforme Resolução nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4. Origens e Aplicações dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais fiscais. **4.1. Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios.

**4.2. Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos da instituição e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3. Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais os utilizam no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2016 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 1.560.433,56, doações estas que são pertinentes a bens permanentes (equipamentos médicos). **4.4. Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 -



...continuação

**6. Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em base sistemáticas. Em 2016, a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 121.490.122,54 (Cento e vinte e um milhão, quatrocentos e noventa mil, cento e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos) e, seus recursos foram diretamente aplicados na atividade operacional/assistencial da unidade gerenciada, correspondente a R\$ 123.866.149,03 (Cento e vinte e três milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta e nove reais e três centavos), considerando custos e despesas operacionais no mesmo período. Dessa forma se houve-se apuração do resultado operacional, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de R\$ 2.376.026,49 (Dois milhões, trezentos e setenta e seis mil, vinte e seis reais e quarenta e nove centavos). O resultado deficitário ficará consignado em conta específica do ativo denominada "valores em negociação contrato/convênio", ao final do contrato de gestão. Esse desequilíbrio financeiro está associado com o aumento do número de atendimentos com internações (saídas hospitalares), em relação às metas estipuladas para o período. Outro aspecto importante foi o aumento da inflação em 11,66% no ano, conforme dados obtidos pela FIPE Saúde, acarretando aumento no custo de materiais e de serviços hospitalares. Cabe ressaltar, que em 2016 o Hospital Geral de Pirajussara implantou novos serviços de cirurgia cardíaca infantil, com metas de 10 cirurgias cardíacas congênicas por mês, para isso foi necessário à contratação da equipe médica especialista em cirurgia congênita, aquisição de material cirúrgico, equipamentos médicos e insumos gerais, treinamento da equipe de enfermagem e por fim adequação da UTI pediátrica, com isto aprimorou o volume de atendimento no período. **7. Das Disposições da Lei nº 12.101 e Portaria 834/16 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O Hospital Geral de Pirajussara apresentou a seguinte produção em 2016:

Produção - 2016	
Linha de Atendimento	SUS
<b>Internações</b>	<b>15.921</b>
Saída Hospitalar	16.008
Nº de Paciente/dia	84.514
Nº de Cirurgias	7.831
Nº de Partos	3.756
<b>Diárias de Uti - Total</b>	<b>8.967</b>
<b>Internação/Atendimento Domiciliar</b>	<b>Não se aplica</b>
<b>Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)</b>	
Consulta/Atendimento de Urgência (PS/PA)	28.867
<b>Atendimento Ambulatorial - Total</b>	<b>126.334</b>
Consulta Médica	80.874
Atendimento não Médico	45.460
HD/Cirurgia Ambulatorial	3.774
<b>SADT - Total</b>	<b>72.361</b>

**Professor Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente da SPDM

**Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: Data, Horário e Local:** Aos 18º dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Convidados: **Superintendentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11 de novembro de 2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM. Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 Consolidado da SPDM-Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópoli (STOROPOLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas

**Relatório dos Auditores Independentes: Opinião:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral de Pirajussara que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é res-

**8. Relatório de Execução do Contrato de Gestão:**

Linha de Contratação	Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2016					
	1º Semestre		2º Semestre		Total 2016	
	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado
<b>Internações</b>						
Saída Hospitalar - Total	5.838	7.649	5.838	8.272	11.676	15.921
Saída Hospitalar - (Exceto Clínica Cirúrgica)	3.210	3.706	3.210	3.712	6.420	7.418
Saída Hospitalar - Clínica Cirúrgica	2.628	3.000	2.628	3.412	5.256	6.412
<b>HD/Cirurgia Ambulatorial - Total</b>	<b>2.028</b>	<b>1.837</b>	<b>2.028</b>	<b>1.937</b>	<b>4.056</b>	<b>3.774</b>
<b>Pronto Socorro/ Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)</b>						
Consulta de Urgência	13.200	13.312	13.200	15.555	26.400	28.867
<b>Atendimento Ambulatorial - Total</b>	<b>63.486</b>	<b>61.875</b>	<b>63.486</b>	<b>64.459</b>	<b>126.972</b>	<b>126.334</b>
Consulta Médica - Total	42.474	40.131	42.474	40.743	84.948	80.874
Atendimento não Médico - Total	21.012	21.744	21.012	23.716	42.024	45.460
<b>SADT Externo - Total</b>	<b>31.908</b>	<b>34.253</b>	<b>31.908</b>	<b>38.108</b>	<b>63.816</b>	<b>72.361</b>

**9. Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei nº 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei nº 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834/16 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.153024/2014-03MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam em 2016: R\$ 20.356.423,16. Em 02 de setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **10. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a Folha de Pagamento de Empregados:** Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei nº 12.101/2009, a Entidade usufruiu no exercício de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha

**Dr. Jorge Márcio dos Santos Salomão** - Diretor Técnico

de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 16.510.208,55. Em 2015, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou R\$ 15.022.497,93. **10.1. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceira pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2016 atingiu um montante de R\$ 239.863,70. Em 2015 o referido valor de receita totalizou R\$ 527.859,20. **10.2. Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2016 foi de R\$ 3.606.350,91. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2015, esse montante foi de R\$ 3.160.823,49. **11. Trabalho Voluntário:** Em 02.09.2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2016, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 7.660,22; enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 29.488,52. Em 2015, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 9.028,13; enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 21.911,04. **12. Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento às legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste a Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução nº 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela Resolução nº 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **13. Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2016.

**Janaina Viana Ribeiro** - Contadora - CRC 1SP-314455/O-4

ciência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTÓ), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial-STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial-STS Perus/Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII A.P. 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), o PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENT), Coordenadoria de Emergência Regional do Leblon - A.P. 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18 de abril de 2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro, Dr. Agenor Pares.

a tais riscos, bem como obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30 de março de 2017. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.** Ricardo Roberto Monello Contador CRC/SP 161.144/O-3 CNAI - SP - 1619. Alexandre Chiaratti do Nascimento Contador CRC/SP 187.003/O-0 CNAI - SP - 1620.